

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA**

MARIA HELENA FAGUNDES MACHADO

**IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM UMA
ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOAS – RS:
UM ESTUDO DE CASO**

Porto Alegre

2010

MARIA HELENA FAGUNDES MACHADO

**IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM UMA
ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOAS – RS:
UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial
para obtenção de grau de Licenciada
em Pedagogia pela Faculdade de
Educação da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul – FACED/UFRGS.

Orientador: Profa. Ms. Gabriela Brabo
Tutora: Graciela F. Rodrigues

**Porto Alegre
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitora de Graduação: Profa. Valquiria Link Bassani

Diretor da Faculdade de Educação: Prof. Johannes Doll

Coordenadoras do Curso de Graduação em Pedagogia –

Licenciatura na modalidade a distância/PEAD: Profas. Rosane

Aragón de Nevado e Marie Jane Soares Carvalho

Dedico este trabalho a minha família:
meus filhos Henrique e Isabella e
meu esposo Carlos, pessoas
maravilhosas que Deus colocou na
minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus por ter tido oportunidade de cursar uma graduação em uma universidade pública, me colocando no lugar certo e na hora certa, para prestar vestibular e obter êxito no processo seletivo.

Agradeço às pessoas da minha família, incansáveis no momento de me auxiliar.

Devo agradecer também à minha ex-diretora Professora Márcia Cristina Marques, amiga e colega de longa data, por ter confiado no meu trabalho para implantar esse novo projeto na escola.

Por último agradeço à professora Gabriela e a Graci pela paciência e dedicação com esta aluna um pouco desligada, mas que ama estar atuando na educação especial.

RESUMO

O presente estudo procura relatar a experiência vivenciada durante o período de meu estágio curricular, durante os meses de abril a julho de 2010, relativo ao curso de Pedagogia a Distância vinculado à Universidade do Rio Grande do Sul – UFRGS, e apresenta reflexões a partir da implantação da sala de recursos multifuncionais em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de Canoas – RS. A pesquisa teve como objetivo principal analisar o processo de implantação da sala de recursos multifuncionais na referida escola, procurando situá-la dentro da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do MEC. Como objetivos específicos, temos os seguintes: apontar, através da pesquisa, os aspectos positivos e negativos da implantação da referida sala de recursos; buscar localizar a prática pedagógica desenvolvida nessa sala de recursos, durante o período de estágio curricular, na Política de Inclusão do governo federal. Convém ressaltar que tais reflexões não possuem a intenção de serem conclusivas, mas sim, de darem continuidade às indagações e inquietações surgidas durante o citado estágio. A pesquisa constituiu-se em uma abordagem qualitativa, que teve como instrumentos metodológicos a observação participante, a análise dos documentos (dossiês, laudos, fichas escolares etc.), revisão bibliográfica (políticas educacionais) e diário de campo, através dos diários de bordo e relatórios semanais de estágio. Portanto, neste trabalho, procurou-se descrever um pouco do início de minha vida profissional e do porquê de haver aceitado o convite para implantar a sala de recursos, concomitantemente com meu estágio curricular. Relatou-se, também, como a mantenedora foi selecionada para ser agraciada com a salas de recursos multifuncionais, quais foram os critérios para ingresso dos alunos nessa sala, bem como sobre o funcionamento dos atendimentos. Buscou-se explicitar como ocorreu minha prática pedagógica e todas as dificuldades encontradas para concluí-la. Por outro lado, fez-se questão de enfatizar o quanto tais dificuldades impulsionaram-me para a continuidade do trabalho e para a busca de melhorias no processo de implementação da sala de recursos, incidindo diretamente no processo de aprendizagem dos alunos que a frequentaram. No que tange ao referencial teórico, procurou-se estabelecer uma relação entre o pensamento libertário de Paulo Freire e o pensamento inclusivo de Vygotsky, como forma de pensar a educação especial em uma perspectiva inclusiva. Da mesma forma, buscou-se estabelecer uma análise do projeto de implantação da sala de recursos multifuncionais em consonância com os pressupostos contidos na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Conclui-se, finalmente, que em se tratando do atendimento educacional especializado a alunos com necessidades educacionais especiais, o conhecimento da teoria torna-se um elemento fundamental para que se possa compreendê-los de forma mais plena, da mesma maneira que o domínio sobre as políticas de inclusão e atendimento a esses alunos configuram-se em poderosa arma para que se possa reivindicar uma educação de qualidade que respeite verdadeiramente as diferenças.

Palavras-chave: Educação especial. Sala de recursos multifuncionais. Inclusão. Prática pedagógica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA.....	18
3. ANÁLISE DOS DADOS.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	32

INTRODUÇÃO

Sou professora das séries iniciais do ensino fundamental há mais de vinte anos. Durante esse tempo, já atuei como educadora na rede de ensino particular e estadual; porém, é na Rede Municipal de Ensino de Canoas – RS que tenho construído minha caminhada como educadora. Trabalhando há dezoito anos na mesma escola – Escola Municipal de Ensino Fundamental Farroupilha –, atuei em todas as séries do ensino fundamental, sempre pontuando minha prática pedagógica com sensibilidade, a partir da concepção de que cada aluno é um ser único, com aprendizagens em tempos diferentes um do outro.

Por possuir essa concepção de aluno, e também por toda a minha trajetória educacional nessa mesma escola, durante o ano de 2009 fui convidada pela direção da escola a participar de um novo projeto da rede municipal, em especial o departamento de inclusão da Secretaria Municipal da Educação – SME: a implementação das salas de recursos tipo um. De imediato, eu aceitei a tarefa, porque gosto de aprender, gosto de enfrentar novos desafios.

Tendo como minha responsabilidade a implementação da sala de recursos durante o ano de 2010, comecei a pesquisar sobre educação especial e a realizar cursos em relação a este tema. Então, juntamente com o início do ano letivo de 2010, iniciaram para mim dois desafios: a implantação da sala de recursos e, concomitantemente, meu estágio curricular do curso de Pedagogia – séries iniciais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, também realizado no espaço da sala de recursos.

A princípio, a implantação da sala de recursos na minha escola foi tranquila, pois desde 2009, o material pedagógico e tecnológico para trabalhar com os alunos já havia chegado, e durante as férias de verão, a direção da escola já havia montado todo esse material em uma sala relativamente adequada para o trabalho que se realizaria.

Contudo, atuar em uma sala de recursos multifuncionais consiste não só em seguir as orientações existentes no material ofertado pelo Ministério da Educação – MEC para se trabalhar com alunos com necessidades

educacionais especiais. Também não se trata apenas de receber formação continuada oferecida pela mantenedora. Embora reconheça que esses dois itens são necessários e importantes, isso não se contrapõe ao fato de que para se atuar nesse tipo de atendimento, torna-se fundamental passar por um processo de ressignificação de conceitos, no sentido de uma mudança de postura com relação a esses educandos e a toda a política de inclusão a ser implantada na RME de Canoas, que vai muito além do apoio ofertado na forma de materiais

Como educadora, implantando um novo projeto educacional da RME de Canoas e na minha escola, devo ressaltar que recebi todo apoio necessário, tanto do departamento de inclusão quanto da direção da escola. No entanto, penso que algumas questões necessitam ser refletidas para que a implantação de tal programa seja, de fato, “inclusiva”.

Durante os anos de 2007 e 2008, as escolas municipais informaram, através do Censo Escolar para o MEC, o número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns. Por sua vez, o MEC também avaliou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB de cada escola municipal e, a partir dessa avaliação, informou por ofício para a SME as escolas pré-selecionadas para receberem a sala de recursos multifuncionais. A SME considerou se possuía espaço físico e professores capacitados para a implantação do projeto e, após uma análise, aceitou a proposta do MEC, confirmando quais seriam as escolas pré-selecionadas por meio de ofício.

Já mencionei anteriormente neste texto como fui escolhida para atuar na sala de recursos multifuncionais da minha escola: pela minha caminhada na escola e por ter a visão necessária para atuar como educadora de alunos com necessidades educacionais especiais.

Durante o ano de 2009 foram chegando à escola os materiais pedagógicos e tecnológicos necessários para uma sala de recursos multifuncionais tipo um conforme orientação do MEC via Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Também durante o recesso escolar de 2010 a diretora da escola na época, Professora Márcia Cristina Marques, montou os materiais disponíveis até o momento para a implantação na sala dos professores, e remanejou a mesma para um outro

espaço.

Iniciado o ano letivo de 2010, foi oferecido pela SME- Unidade de Inclusão (UI), formação continuada quinzenal para todas as professoras que atuam na sala de recursos das escolas selecionas.

A UI da SME orientou as professoras que inicialmente os critérios usados para um aluno ingressar na sala de recursos multifuncionais da escola seriam: alunos com necessidades educacionais especiais (deficiência visual – surdez – deficiência física – deficiência intelectual – transtorno global de desenvolvimento – altas habilidades) com laudo médico e matriculados na escola. Havendo vaga os alunos matriculados na escola e com problemas de aprendizagem podem ingressar nos atendimentos e sobrando vaga alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas de entorno, que no caso da minha escola são três (duas de ensino fundamental e uma de educação infantil).

Os atendimentos para os alunos ocorrem no turno inverso na sala de aula regular, e não consiste em um reforço, mas sim de uma complementação do ensino, evidenciando as possibilidades dos alunos e não suas dificuldades.

Objeto de pesquisa:

A implantação da sala de recursos multifuncionais na minha escola aconteceu junto com meu estágio curricular, e durante minha prática pedagógica tive oportunidade de refletir sobre inclusão, como nunca antes eu havia refletido. Pois já era de meu conhecimento as políticas públicas para a inclusão, porém a implantação da sala de recursos concomitante com o estágio curricular me trouxe certezas, mas também dúvidas. Uma certeza é de que cada vez mais pretendo pesquisar sobre inclusão, por incrível que pareça, depois de quase 25 anos de profissão, finalmente encontrei o meu assunto, a minha turma. Quanto às dúvidas, elas foram e são muitas: a implantação da sala de recursos foi de acordo com a política do MEC? Os critérios de encaminhamento dos alunos para as salas de recursos estava correto? A questão do laudo médico deve ser tão importante ou como educadora eu deveria/devo usar o bom senso? As trocas com o professor regente do aluno

encaminhado para a sala de recursos ocorreram? A questão da montagem atrasada do mobiliário da sala influenciou na minha prática pedagógica?

Além destas dúvidas pretendo situar minha prática pedagógica e a implantação da sala de recursos na minha escola e conseqüentemente da RME no tempo/ espaço da política de inclusão da esfera federal.

Objetivo geral:

Analisar o processo de implantação da sala de recursos multifuncionais na EMEF Farroupilha, em Canoas – RS, durante os meses de abril a julho de 2010, procurando situá-la dentro da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação – MEC.

Objetivos específicos:

- apontar, através da pesquisa, os aspectos positivos e negativos da implantação da referida sala de recursos;
- buscar localizar a prática pedagógica desenvolvida nessa sala de recursos, durante o período de estágio curricular, na Política de Inclusão do governo federal.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Pensar a História como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade. É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa. Sua força, como costume dizer, reside na sua fraqueza. Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais “redondo”, menos aresto, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande Utopia: Unidade na Diversidade.

(FREIRE, 2001, p. 20)

Historicamente, alunos com necessidades educacionais especiais têm sido excluídos da escola regular e/ou foram enviados para escolas especiais criadas exclusivamente para a educação desses alunos.

O advento dos movimentos em defesa dos direitos humanos, começou com a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975), da qual a resolução aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas orientava os países membros a protegerem os direitos das pessoas deficientes, promovendo assim padrões mais altos de vida para esta parte da população.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, quando se iniciaram as primeiras manifestações de inclusão dessas pessoas; porém, isso só virou lei a partir da Constituição Federal de 1988, que traz a inclusão real como um dos seus objetivos principais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outras formas de discriminação” (art. 3º inciso IV). Esse mesmo documento define a educação como direito de todos, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e garante como dever do Estado a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Outros documentos importantes, nacionais e internacionais, de alguma forma trouxeram avanços para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, dentre os quais cito:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente - 1990;
- Declaração Mundial de Educação para Todos - 1990;

- Declaração de Salamanca - 1994;
- Convenção da Guatemala - 1999;
- Política Nacional de Educação Especial - 1994;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996;
- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001;
- Plano Nacional de Educação (PNE) - 2001;
- Programa Educação Inclusiva - 2003;
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário;
- Plano de Desenvolvimento da Educação - 2007;
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - 2008.

Essa Política acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, e visa constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os educandos. Tal documento é constituído pelos seguintes itens:

a) Marcos Históricos e Normativos: explicita de uma maneira resumida os marcos históricos da educação especial e documentos legais que beneficiaram a inclusão no Brasil.

b) Diagnóstico da Educação Especial: explica que através do Censo Escolar/ MEC/ realizado anualmente em todas as escolas de educação básica da federação, é possível obter em relação à educação especial indicadores de inclusão, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares e escolas onde alunos com necessidades educacionais especiais estão matriculados. Também obtém informações sobre a formação dos professores com atuação na educação especial.

c) Objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

- Transversalidade da educação especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior;
- Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;

- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

d) Alunos Atendidos pela Educação Especial: alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.

e) Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a educação especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades do ensino, realiza o atendimento educacional especializado, disponibilizando serviços e recursos desse/para atendimento e dá orientação aos alunos e seus professores para a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializado públicos ou conveniados (BRASIL, 2007).

A rede de ensino onde atuo, Prefeitura Municipal de Educação – Secretaria Municipal de Educação (SME) – Unidade de Inclusão, se baseia no Decreto 6.571/2008. Esse documento dispõe sobre o atendimento educacional especializado, onde no artigo 1º está disposto que a União “prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios”, ampliando a sua oferta aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, aos alunos devidamente matriculados na rede pública de ensino regular para implementar políticas de educação inclusiva nas escolas municipais.

Elejo a linha de pensamento de dois autores, Vygotsky e Freire, para referendar minha atuação na sala de recursos multifuncionais de uma escola municipal de Canoas – RS, durante os meses de abril a julho de 2010. Por ter meu estágio ocorrido em uma sala de recursos multifuncionais, cito Vygotsky ao dar a importância necessária do meu trabalho no seu âmbito social, relacionando-o com o crescimento intelectual do educando: “O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual dos que a cercam” (VYGOTSKY, 1984, p. 99).

Uma pessoa se torna sujeito na vida social, por isso suas possibilidades de desenvolvimento estão nela mesma e nos outros membros da sociedade e cultura em que vive. Um aluno com necessidades educacionais especiais que está inserido em uma escola e sala de aula regular, e também estando freqüentando o atendimento educacional especializado da mesma, tem o seu processo de aprendizagem muito alicerçado no social da sala de aula e escola, nas trocas com o outro e na aceitação deste outro, seja este professor, colega ou qualquer outro membro da escola.

Portanto, toda a formação deste aluno com necessidades educacionais especiais se dará no meio social em que vive, seu desenvolvimento dependerá de sua relação com o meio.

A grande tarefa do sujeito que pensa certo não é transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomando como paciente de seu pensar, a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos. A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação que não se funde na dialogicidade (FREIRE, 2006, p. 38).

Assim como o pensamento de Freire, eu, como sujeito que pensa / educadora da sala de recursos realizando meu estágio curricular, optei por

desafiar meus educandos através de atividades que os fizessem pensar, interagir com os colegas, tarefas que os fizessem se comunicar comigo e com a escola a que pertencem, sempre pontuando minha prática no diálogo. Procurei também realizar atividades que valorizassem suas potencialidades, tornando-os mais seguros para desenvolver suas atividades em sala de aula.

Meu objetivo, em longo prazo, é que meus alunos tornem-se sujeitos autônomos, capazes de resolver seus problemas, de acharem soluções para os mesmos sem intervenção do outro, que decidam com autonomia sobre sua própria história. Assegurando também condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino desse aluno.

Minha prática pedagógica durante o estágio foi totalmente centrada no aluno, favorecendo mudanças atitudinais dos mesmos na sala de recursos e na sala de aula regular.

Segundo Freire “[...] o entendimento , do ponto de vista do pensar certo, não é transferido mas co- participado” (FREIRE, 2006, p. 37), e os alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente do ponto de vista mental/ intelectual necessitam de uma educação co- participada, que o envolva nas tramas do mundo comum, valorizando seu acesso a diferentes atividades pedagógicas, desenvolvendo nesse aluno uma educação social e coletiva.

[...] dependendo da qualidade das experiências na vida social, a superação do déficit é um processo que deve ser pensado para qualquer sujeito, inclusive aquele com deficiência mental profunda, pois, como diz Vygotsky (1997. p. 247), “segundo uma notável expressão de L. Feurbach, que pode ser tomada como epígrafe para a teoria sobre o desenvolvimento da criança anormal, o que é absolutamente impossível para um, é possível para dois” (GÓES, 2007, p. 3-4).

A superação do déficit concretiza-se em experiências de formação que visem às funções psíquicas superiores, que são maximamente educáveis em comparação com as elementares, essas últimas mais afetadas pelo núcleo primário da deficiência. Por isso, o trabalho educativo precisa ser orientado para o domínio de atividades culturalmente relevantes, para a elevação dos níveis de generalidade do pensamento e para a capacidade de significar o mundo (GÓES, 2007, p. 4).

Considero os aspectos das citações de Góes (uma delas amparada em Vygotsky) de extrema importância, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de crianças com necessidades educacionais especiais, pois

salienta que é necessário o trabalho em grupo para seu desenvolvimento; esta forma de trabalhar é essencial na sala de recursos multifuncionais. Também concordo que para superação de seu déficit, meu aluno de sala de recursos necessita de atividades culturalmente relevantes, para assim ter capacidade de significar o mundo que o rodeia.

Durante meu estágio, estas foram preocupações que mereceram minhas reflexões: desenvolver em meus alunos o gosto de conviver em grupo para que um aprendesse com o outro e trabalhar com os mesmos atividades de significação do mundo, porque acreditei/ acredito que meus alunos com NEE possuem várias possibilidades/ habilidades que estão lá (intrínsecas neles), apenas necessitam ser desenvolvidas.

A grande ideia básica de que o mundo não deve ser visto como um complexo de objetos completamente acabados, mas sim como um complexo de processos, no qual objetos aparentemente estáveis, nada menos do que suas imagens em nossas cabeças (nossos conceitos), estão em incessante processo de transformação...

Aos olhos da filosofia dialética, nada é estabelecido por todos os tempos, nada é absoluto ou sagrado. Vê-se em tudo a marca do declínio inevitável; nada resiste exceto o contínuo processo de formação e destruição, a ascensão interminável do inferior para o superior – um processo do qual a filosofia não passa de uma simples reflexão no cérebro pensante (ENGELS & FEUERBACH apud VYGOTSKY, 2010, p. 147).

2. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

Somente a partir desta situação, que lhes determina a própria percepção que dela estão tendo, é que podem mover-se. E, para fazê-lo, autenticamente, é necessário, inclusive, que a situação em que estão não lhes apareça como algo fatal e intransponível, mas como uma situação desafiadora, que apenas os limita (FREIRE, 2006, p. 85).

Durante a realização de meu estágio curricular, observei que a grande maioria dos alunos encaminhados para atendimento na sala de recursos, onde atuei, apresentava deficiência intelectual. Portanto, inicialmente procurei conhecer meu aluno, deixá-lo à vontade e confiante ao realizar as atividades propostas, seja individualmente ou em grupo.

Esses são os alunos atendidos durante meu estágio curricular:

- SEGUNDA-FEIRA: TARDE
 - GRUPO 1- 13:15 às 14:15
 - Menina - turma 61/ deficiência intelectual/ d.n: 31/05/98
 - Menina - turma 61/ deficiência intelectual/ d.n: 01/02/98
 - Menina - turma 71/ deficiência intelectual/ d.n: 14/10/94
 - Menino - turma 81/ deficiência intelectual/ d.n: 09/03/95
 - Menina - turma 82/ TGD/ d.n: 18/04/93
 - GRUPO 2- 14:15 às 15:15
 - Este grupo por enquanto está vazio, provavelmente serão alunos do 1º ano, depois que a orientadora conversar com os pais dos alunos encaminhados para a sala de recursos.
 - GRUPO 3- 16:00 às 17:00
 - Menino - turma 51/ TGD/ d.n: 19/07/95
 - Menino - turma 62/ deficiência intelectual/ d.n: 22/05/99
- TERÇA-FEIRA: MANHÃ
 - GRUPO 4- 8:15 às 9:15
 - Menino - turma 53/ TGD/ d.n: 14/03/99
 - Menino - turma 52/ deficiência intelectual/ d.n: 05/05/97

- Menina - turma 5º ano B/ deficiência intelectual/ d.n: 04/10/97
- GRUPO 5- 9:30 às 10:30
 - Menina - turma 62/ deficiência intelectual/ d.n: 14/04/98
 - Menina - turma 63/ deficiência intelectual/ d.n: 28/04/96
 - Menino - turma 52/ deficiência intelectual/ d.n: 04/04/94
 - Menina - turma 62/ TGD/ d.n: 09/08/92
 - Menino - turma 52/ deficiência intelectual/ d.n: 14/05/97
- GRUPO 6- 10:45 às 11:45
 - Menino - turma 5º ano B/ deficiência intelectual/ d.n: 20/12/98
 - Menina - turma 5º ano A/ deficiência intelectual/ d.n: 10/10/93
 - Menino - turma 52/ deficiência intelectual/ d.n: 12/06/96
 - Menino - turma 5º ano A/ deficiência intelectual/ d.n: 18/02/99
 - Menino - turma 53/ TGD/ d.n: 22/07/99
- QUARTA-FEIRA: MANHÃ
- GRUPO 7- 8:15 às 9:15
 - Menina - turma 4º ano B/ deficiência intelectual/ d.n: 02/10/99
 - Menina - turma 3º ano B/ TGD/ d.n: 27/04/01
 - Menina - turma 5º ano A/ deficiência intelectual/ d.n: 13/06/00
 - Menina - turma 53/ deficiência intelectual/ d.n: 22/06/96
 - Menina - turma 52/ deficiência intelectual/ d.n: 24/11/94
- GRUPO 8- 9:30 às 10:30
 - Menino - turma 62/ deficiência intelectual/ d.n: 04/06/96
 - Menino - turma 63/ deficiência intelectual/ d.n: 12/07/99
 - Menino - turma 63/ deficiência intelectual/ d.n: 13/05/96
 - Menino - turma 4º ano B/ deficiência intelectual/ d.n: 15/03/97
- GRUPO 9- 10:45 às 11:45
 - Menino - turma 2º ano B/ deficiência intelectual/ d.n: 11/04/03
 - Menino - turma 2º ano B/ deficiência intelectual/ d.n: 09/11/02
 - Menino - turma 2º ano B/ deficiência intelectual/ d.n: 16/10/02
 - Menino - turma 3º ano B/ TGD/ d.n: 05/06/02
- QUINTA-FEIRA: TARDE
- GRUPO 10- 13:15 às 14:15
 - Menino - turma 3º ano A/ deficiência intelectual/ d.n: 23/07/98
 - Menino - turma 3º ano A/ deficiência intelectual/ d.n: 21/08/97

- Menino - turma 3º ano A/ deficiência intelectual/ d.n: 23/02/97
- GRUPO 11- 14:15 às 15:15
 - Menino - turma 51/ deficiência intelectual/ d.n: 22/02/96
 - Menino - turma 51/ deficiência intelectual/ d.n: 25/05/99
 - Menino - turma 51/ deficiência intelectual/ d.n: 16/05/97
 - Menina - turma 81/ TGD/ d.n: 14/02/91
- GRUPO 12- 16:00 às 17:00
 - Menina - turma 2º ano A/ TGD/ d.n: 31/12/02
 - Menino - turma 3º ano A/ deficiência intelectual/ d.n: 28/03/01
 - Menino - turma 2º ano A/ deficiência intelectual/ d.n: 21/05/01
 - Menino - turma 2º ano A/ deficiência intelectual/ d.n: 14/10/00
 - Menina - turma 2º ano A/ deficiência intelectual/ d.n: 06/04/03

Procurei, então, oferecer atividades que trabalhassem e ativassem as potencialidades dos mesmos, nas quais fosse necessário desenvolver a atenção, o raciocínio. Como educadora e professora estagiária, fico pensando até que ponto meu aluno – neste caso específico, aluno da sala de recursos – necessita reproduzir e/ou fazer exatamente a atividade como expliquei, porque na sala de recursos escolhi trabalhar as possibilidades e não me focar nas dificuldades de cada um. Mais que isso, na verdade me propus a também aprender, especialmente com meus alunos.

Penso que o espaço onde atuei como educadora no estágio curricular, sala de recursos multifuncionais, me proporcionou trabalhar outras perspectivas educacionais com meus alunos, porque sendo um espaço diferenciado na escola, permite o meu fazer pedagógico em um outro tempo, o tempo do OUTRO. Proporcionei para eles atividades desafiadoras, mas que poderiam ser realizadas no tempo de cada um.

Por exemplo: quando propus para meus alunos trabalhar com o lego, eu dei a opção da montagem com a orientação das revistas, mas também acolhi o trabalho que foi construído através da imaginação deles. Ou quando ofereci a oportunidade de postar no blog, respeitei a vontade deles, como também respeitei a maneira como cada um escrevia. Ainda quando trabalhei com alunos em fase de alfabetização, utilizando o recurso de vários tipos de jogos pedagógicos, também respeitei o momento de cada um, deixando que eles

trabalhem em grupo, e procurei ficar na observação, para posterior planejamento das aulas.

A escola como um todo deve estimular novos movimentos/fluxos/possibilidades para o conhecimento do aluno, mas enquanto isso não acontece completamente, procurei trabalhar dentro do espaço e do tempo do meu aluno.

A produção de alternativas pedagógicas, como práticas sociais, históricas e culturais, exige o aprofundamento da reflexão no próprio cotidiano escolar. Outras perspectivas educacionais se constituem quando os estudantes deixam de ser narrados através da impossibilidade e seus conhecimentos passam a ser incorporados e validados como potencialidades para o processo pedagógico, estimulando novos fluxos, movimentos e possibilidades (ESTEBAN, 2009, p. 8)

Penso que o importante para o aluno, além do que ele é capaz de fazer sozinho, seja o que ele consiga fazer com a ajuda dos outros. Dessa forma, a aprendizagem desperta processos internos de desenvolvimento neles que só podem ocorrer quando os mesmos interagem com outras pessoas. Daí o papel importante do professor e dos colegas em sala de aula.

Dessa forma, o trabalho na sala de recursos, que é essencialmente em grupo, portanto, servirá como suplementação do seu ensino no turno contrário ao da sala comum. Na sala de recursos, onde o aluno terá a ajuda de outros (professora e colegas), se desencadeará processos de desenvolvimento no mesmo; em outras palavras, ele obterá uma interferência benéfica em sua aprendizagem.

As atividades que propus para meus alunos foram todas colaborativas, desde as que envolviam desenhos ou escrita de palavras ou pequenos textos, até a criação de blogs e páginas de pbworks. Sobre estas ferramentas tecnológicas, transcrevo aqui um pequeno trecho da minha primeira reflexão semanal do estágio curricular (12 a 16 de abril de 2010), bem como o endereço do blog da sala de recursos:

Nesta primeira semana, destaco a criação dos blogs como uma atividade bem significativa, tanto para mim como para os alunos. Quanto ao conteúdo do que eles escreveram até o momento no blog, eu proponho para eles o que escrever, mas a escrita, propriamente, as ideias partem deles. Deixo aqui o endereço do blog da sala de recursos:
<<http://farroupilhasaladerecursos.blogspot.com/>>.

Ao descrever minha prática pedagógica, não deixo de lembrar o que Freire (2006) descrevia como educação problematizadora:

A educação problematizadora, que não é fixismo reacionário, é futuridade revolucionária. Daí que corresponda à condição dos homens como seres históricos e à sua historicidade. Daí que se identifique com eles como seres mais além de si mesmos- como “projetos”-, como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro. Daí que se identifique com o movimento permanente em que se acham inscritos os homens, como seres que se sabem inconclusos; movimento que é histórico e que tem o seu ponto de partida, o seu sujeito, o seu objetivo (FREIRE, 2006, p. 84-5).

Refletindo, como Freire, que somos seres inconclusos e que, portanto, estamos nos construindo como sujeitos, problematizei as atividades de meus alunos, trazendo-os constantemente para os acontecimentos atuais, como por exemplo, a Copa do Mundo de Futebol, para que o ponto de partida para a construção desse ser histórico sonhado por mim e pensado por Freire seja sempre ELE mesmo.

O ponto de partida deste movimento está nos homens mesmos. Mas, como não há homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações homens- mundo. Daí que este ponto de partida esteja sempre nos homens no seu aqui e no seu agora que constituem a situação em que se encontram ora imersos, ora emersos, ora insertados (FREIRE, 2006, p. 85).

Descrevo em seguida algumas atividades que realizei com meus alunos na sala de recursos, durante meu estágio curricular valorizando sua realidade e seu dia-a-dia:

- Monta tudo(jogo de montar) – através deste jogo, que é desenvolvido em grupo, os componentes serão desafiados a montar situações relacionadas à família; num segundo momento da aula, os componentes do grupo serão apresentados ao tangram: suas peças, denominação, as possibilidades de montá-las. Após, com o auxílio de um site da internet sobre tangram, os componentes do grupo irão montar as diversas possibilidades do jogo (19/04/10 – pbworks de estágio).

- Lego Educacional – apresentar o jogo para os alunos. Em um primeiro momento, mostrar a eles o material escrito que a Wikipédia traz sobre o lego. Depois mostrarei a eles as peças do lego, pedirei para eles manusearem e que tentem montar o que naquele momento é de sua vontade (se eu notar que ele não estão conseguindo ter ideias, mostrarei as revistas do lego com exemplos). Após, veremos qual foi o resultado e pedirei que cada integrante do grupo fale sobre o que montou. Será proposto, também, relato no blog dos alunos sobre a atividade.
- Leitura feita pela professora dos provérbios do livro “Brincando com provérbios populares”, de Claudia Scatamacchia. Após, serão distribuídas fichas com os provérbios do livro na mesa e viradas para baixo, para que cada aluno escolha, um por um, os provérbios. Posteriormente, haverá a discussão sobre a moral dos provérbios. A professora lerá para o grupo de alunos o que é um acróstico e mostrará um cartaz com um acróstico pronto com a base escrita assim: SALA DE RECURSOS. Após, os alunos em duplas criarão acrósticos no paint, usando como base palavras dos provérbios lidos e irão postá-los nos seus blogs (17/05/10).
- Visualização de diversas fotos da cidade de Canoas no computador – conversaremos sobre nossa cidade, sobre os lugares de que mais gostam etc. Após, irão fazer um desenho no paint sobre as fotos; depois, utilizando as letras móveis de EVA, formarão a palavra Canoas, primeiro individualmente, depois em duplas (09/06/10).
- Exploração da cidade de Canoas pelo Google maps, encontrando nossa escola, dando continuidade ao trabalho da semana passada. Após, com o auxílio do “globo terrestre”, os alunos irão localizar nosso país, estado e cidade. Conversaremos também sobre a copa do mundo de futebol, então pedirei que no mesmo globo, os alunos encontrem o país sede da copa do mundo. Depois, cada aluno ganhará uma folha com quatro mapas estilizados do Brasil, onde deverá pintar em primeiro lugar (preferencialmente com as cores da seleção brasileira) e depois recortar, para depois colar dois deles em sua folha, na qual irá escrever ou desenhar uma lista de coisas que existem no futebol. O terceiro mapa, o aluno levará para casa, e o quarto, colaremos em um cartaz que será

colocado na porta da nossa sala de recursos, pelo lado de fora (15/06/10).

- Os alunos irão procurar na internet fotos e notícias da África do Sul (não sobre futebol; nesta semana direcionarei as atividades para a realidade do país, também sobre o apartheid). Farão a mesma coisa com fotos e notícias do Brasil, e procurarão traçar um comparativo entre os dois países, quais os aspectos semelhantes e quais os diferentes. Depois, postarão em seus blogs suas reflexões, como também as fotos. Então, os alunos irão, em duplas, criar uma situação (história) matemática sobre as notícias lidas, postando-a no blog da sala de recursos, mas sem resolvê-la, pois a mesma será resolvida no próximo atendimento por outros alunos/colegas da sala de recursos (22/06/10).
- Em um primeiro momento, os alunos irão realizar uma produção textual sobre a imagem “Futebol”, com a qual fizeram uma releitura nos atendimentos da semana passada (o título será de autoria dos alunos). Após, conversaremos sobre as releituras dos alunos (estão todas expostas na sala de recursos), como por exemplo: o que cada aluno sente quando visualiza as releituras, qual a opinião dos mesmos sobre as cores usadas, sobre os elementos usados nas releituras etc. (13/07/10).

Essas são apenas algumas atividades que desenvolvi com meus alunos da sala de recursos durante meu estágio curricular, entre os meses de abril e julho de 2010. Tais atividades tiveram como um dos objetivos o desafio para com meu aluno, desafio da percepção do que o limita, porém com consciência que esse mesmo limite poderá ser vencido.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Que possibilidade de expressar-se, de crescer, vem tendo a minha curiosidade? Creio que uma das qualidades essenciais que a autoridade docente democrática deve revelar em suas relações com as liberdades dos alunos é a segurança em si mesma. É a segurança que se expressa na firmeza com que atua, com que decide, com que respeita as liberdades, com que discute suas próprias posições, com que aceita rever-se.
(FREIRE, 2006, p. 91)

Ao iniciar meu estágio curricular em abril de 2010, iniciei também os atendimentos na sala de recursos multifuncionais da minha escola. Tal fato configurou-se em um desafio, pois em um tempo muito curto tive de me apropriar de muitas informações, que eu recebia da mantenedora, mas também da minha orientação de estágio. Em várias ocasiões houve conflito entre estas informações e eu, como educadora / estagiária, tive que refletir, ler, conversar (principalmente com minha professora orientadora de estágio) para estabelecer um parâmetro e realizar minha prática pedagógica.

Destaco alguns destes conflitos que de alguma forma influenciaram (de forma positiva ou negativa) minha prática pedagógica durante o estágio:

A) O primeiro aspecto é o do encaminhamento dos alunos para a sala de recursos multifuncionais. Quem é o aluno que necessita frequentar esta sala?

Recebi orientações da mantenedora para encaminhar primeiramente à sala de recursos alunos com necessidades educacionais especiais (deficiência intelectual, física, surdez, surdo-cegueira, Transtorno Global do Desenvolvimento, superdotação/altas habilidades) que possuíssem laudo médico e estivessem devidamente matriculados na escola. Somente depois de acomodar estes alunos, eu iria atender alunos de três escolas do entorno da minha (duas de ensino fundamental e uma de educação infantil), que também apresentassem laudo médico para a sua deficiência. Se sobrassem vagas, atenderia, então, alunos multirrepetentes da minha escola e depois das escolas do entorno.

Entretanto, na prática não foi assim que ocorreu, mesmo porque tanto o Decreto 6.571/2008 como a própria Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva não mencionam a palavra laudo médico, mas sim, alunos com necessidades educacionais especiais. Então, comecei a realizar atendimentos para alunos com laudo e sem laudo devidamente matriculados na minha escola. Os critérios que eu e a orientadora da escola usamos para encaminhar os mesmos para a sala de recursos foram, em alguns casos, o laudo médico, sim, mas em outros casos, levamos em conta o histórico desse aluno na escola.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,

Consideram-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (BRASIL, 2008).

Após saber quantos alunos eu atenderia na sala de recursos, minha professora orientadora mostrou-se muito preocupada pelo alto número de alunos atendidos, e questionou-me, primeiramente através do pbworks de estágio e, posteriormente, pessoalmente, sobre a necessidade real de alguns alunos estarem frequentando a referida sala. Confesso que inicialmente não achei necessária esta preocupação, porém comecei a refletir, a ler, a me questionar também sobre este assunto e a concordar com minha professora orientadora, quando comentava a necessidade de alguns alunos estarem frequentando a sala de recursos ou se não seriam casos para serem resolvidos na própria sala de aula regular, junto com sua professora e o seu grupo de colegas.

Quanto aos conhecimentos das peculiaridades do sujeito, não me refiro aos seus processos “em si”, pois ele não é reconhecível fora de seu pertencimento ao grupo social, no qual encontra negligência ou cuidado, sob formas e intensidades variáveis. Há muito a investigar desse ângulo, particularmente sobre sujeitos com variados tipos de deficiência mental ou com “transtornos” de desenvolvimento entre os quais estão autismo. Faço esse destaque porque, se o desenvolvimento das funções psíquicas superiores implica o intelecto e o afeto, e depende das relações sociais, mostra-se

muito complexa a tarefa de apontar para condições que levem a superar o déficit, quando este se encontra justamente nas esferas da cognição e/ou da sociabilidade (GÓES, 2007, p. 6).

Após todas estas reflexões, conclui que realmente o lugar de alguns dos alunos encaminhados para a sala de recursos era na sua sala de aula regular. Todo esse processo demorou quase que todo o tempo do meu estágio, porém, depois que conclui meu estágio, continuei atuando na sala de recursos e pude reavaliar meu trabalho junto a esses alunos. Claro que essa reavaliação não depende unicamente de mim, depende também da mudança de mentalidade em relação à inclusão da direção da escola e de minhas colegas, outras educadoras que também convivem diariamente com esses alunos.

B) O segundo aspecto relevante no meu estágio curricular que, neste caso, prejudicou minha prática pedagógica, foi a montagem do mobiliário enviado pelo MEC. A entrega do mobiliário na escola ocorreu ainda em março, porém sua montagem aconteceu somente no final de junho, e mesmo assim, não foi montado pela empresa responsável, mas sim por uma particular, uma vez que, após vários contatos, tanto da escola quanto da mantenedora, a empresa responsável, que é terceirizada, não deu retorno algum para os órgãos competentes.

O Decreto 6.571/ 2008 no seu artigo 3º, inciso 1º determina que “ As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2008).

Também no Objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consta que essa mesma política orientará os sistemas de ensino para garantir: “[...] acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas” (BRASIL, 2008)

Em minha situação particular, o mobiliário chegou ao seu destino, somente houve falha na sua montagem, prejudicando meu estágio e a própria mobilidade dos alunos atendidos na sala de recursos. Nesse caso, portanto, não ocorreu a articulação intersetorial para a implementação das políticas públicas.

C) Um terceiro aspecto relevante foi o da dificuldade de interlocução com meus pares na escola, pois como a mantenedora liberou somente 20 horas de trabalho na sala de recursos por educador, na minha opinião 40 horas semanais seriam o ideal, mas desenvolvi meu trabalho com o que foi oferecido. Assim, conseqüentemente, a interlocução com minhas colegas e professoras da sala de aula dos meus alunos foi muito prejudicada, tendo em vista que cabe ao professor da sala de recursos “Atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e a sua interação no grupo” (ALVES & GOTTI, 2006, p. 78).

Então, de acordo com Alves e Gotti, é uma das atribuições do professor da sala de recursos atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de atribuições, bem como de melhores estratégias pedagógicas, com vistas a favorecer o aluno e a sua integração com o grupo. No entanto, durante meu estágio isso não foi plenamente possível.

D) Quanto ao quarto aspecto, que diz respeito à minha formação inicial e continuada para atuar na sala de recursos multifuncionais, considero que se eu tivesse mais informações para desenvolver meu trabalho, conseqüentemente, meu estágio, teria sido muito melhor. Embora eu tenha realizado alguns cursos em relação a esse tema e ter feito leituras, se eu tivesse um preparo maior, o resultado do estágio teria sido mais positivo, embora em relação ao assunto educação especial, considero que terei de estar me atualizando por toda minha vida profissional.

A mantenedora, em especial a Unidade de Inclusão, realizou formação continuada quinzenal com toda as professoras da rede que estavam atuando na sala de recursos. No entanto, na minha opinião, deixou a desejar na questão da teoria, na questão das práticas do dia a dia da sala de recursos, como por exemplo, certos tipos de formulários a serem preenchidos e que devem ser padronizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial historicamente passou por muitas fases, desde o isolamento completo de pessoas ditas “anormais” até a conquista de importantes reivindicações, como a inclusão ser uma opção de construção da sociedade.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) garantiu, por meio da lei, importantes avanços em relação à Educação Especial.

A experiência tem demonstrado que, quando a lei se antecipa ao movimento inclusivo, ou seja, quando a proposta inclusiva é imposta (por força da lei), dos órgãos responsáveis pela educação as escolas regulares, sem ser decorrente de um extenso debate sobre o tema, a probabilidade é de que tais escolas se sintam obrigadas a receber os alunos “incluídos” em suas salas de aula, acabando por ocorrer o que se denomina inclusão marginal. Em outras palavras, o aluno com necessidades educacionais especiais passa a frequentar a sala comum, mas continua a margem das estratégias pedagógicas, desenvolvendo atividades totalmente diferentes do restante da turma e aquém de suas capacidades. Ou então, se há na escola o professor de apoio, este acaba por tornar-se uma espécie de “professor particular” daquele aluno, isentando-se o professor da sala comum da responsabilidade sobre o mesmo. Ainda que consideremos o respaldo legal um importante passo na direção da inclusão, não devemos esquecer que ele não deve ser visto como um fim em si mesmo (já que não tem capacidade de mudar as relações sociais) mas sim, como um instrumento na luta pela democracia. O grande passo, no entanto, será dado quando a conquista da igualdade de direito se transformar em igualdade de fato (SOUSA, 2007, p. 21-2).

Creio que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi amplamente discutida entre os componentes que estavam elaborando esse documento e também com alguns professores envolvidos com Educação Especial. Contudo, eu, como educadora, somente tomei conhecimento deste documento claramente, no início do ano letivo de 2010, quando iniciou meu estágio curricular e recebi valiosas informações da minha orientadora, professora Gabriela Brabo.

Embora eu tenha me preparado para atuar na sala de recursos como também para o estágio curricular, foi somente na prática dos mesmos que senti

a necessidade de obter mais teoria sobre o assunto.

Quanto à implantação da sala de recursos na minha escola, juntamente com meu estágio curricular, creio que aprendi muito durante esse período, pois fui em busca de informações relevantes para o bom andamento dos mesmos, e embora tenham havido falhas tanto minhas, quanto da própria implantação pela mantenedora, creio que somente a partir das dúvidas vamos buscar as respostas, e assim progredimos naquilo que mais gostamos, atuar na Educação Especial.

Se a ideia de inclusão passa apenas pela adoção de medidas isoladas, como colocar as crianças com deficiência na sala comum, ou no mesmo recreio com os outros alunos, eu diria que a metáfora mais adequada a ser empregada seria não a da roupa nova em corpo velho, mas a de remendo novo em roupa velha, como ilustra o próprio Jesus, na Bíblia: “Ninguém põe um remendo de pano novo numa veste velha, porque arrancaria uma parte da veste, e o rasgão ficaria pior” (MATEUS, 9, 16-17). Se olharmos por esse prisma, concluiremos que além de nossas medidas passarem longe dos princípios de uma educação para todos, estaremos agindo, mesmo sem pensar, com crueldade para com as pessoas com necessidades educacionais especiais, expondo-as não só a práticas pedagógicas que enfatizam ainda mais a exclusão, como também fomentamos a permanência de estigmas e a justificativa do fracasso nelas mesmas (SOUSA, 2007, p. 22).

Quando temos dúvidas em educação e buscamos as respostas através da reflexão, do diálogo, da observação, da pesquisa, as dúvidas são de alguma forma respondidas, ou transformam-se em outras inquietações.

Foi o que aconteceu com minha prática durante o estágio curricular. Amparada na teoria estudada durante o curso e com as orientações recebidas da minha professora orientadora eu tive minhas inquietações, porém elas eram refletidas e, se não foram solucionadas naquele momento, contribuíram para meu crescimento como educadora, pois meu estágio estava no término, mas eu continuei atuando na sala de recursos, uma vez que realizei meu estágio na minha escola de trabalho.

E continuando a atuar na sala de recursos, embora sem a supervisão cuidadosa da minha professora orientadora, pude realizar mudanças na minha atuação, evidenciando assim meu aprendizado durante o curso e durante a prática pedagógica.

Por isto é que esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador “bancário”, supera também a falsa consciência do mundo.

O mundo, agora, já não é algo sobre que se fala com falsas palavras, mas o mediatizador dos sujeitos da educação, a incidência da ação transformadora dos homens, de que resulte a sua humanização (FREIRE, 2006, p. 87).

Tal aprendizado significou minha atuação durante toda a minha vida profissional como educadora, e também me prepara para seguir adiante na minha profissão.

E seguir adiante significa, para mim, ação, estudo, reflexão.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação- reflexão (FREIRE, 2006, p. 90).

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira & GOTTI, Marlene de Oliveira. Atendimento Educacional Especializado. concepções, princípios e aspectos organizacionais. **Ensaios Pedagógicos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006. p. 268-272.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 6.571/2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>.

ESTEBAN, Maria Teresa. Encontros e desencontros no cotidiano escolar. **Revista Teias**, v. 10, n. 20 – Infância, Territórios & Temporalidades, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Contribuições da Abordagem Histórico-Cultural para a Pesquisa em Educação Especial. Terceiro Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, Mesa 2. **Anais...** São Paulo, 2007.

SOUSA, Gabriela Maria Brabo. **Avaliação Inicial do Aluno com Deficiência Mental na Perspectiva Inclusiva**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FACED/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SOUZA, Solange Jobim & KRAMER, Sonia. O Debate Piaget/Vygotsky e as Políticas Educacionais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, pp. 69-80, maio 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.